



TURISMO EM ZONAS ÚMIDAS: UMA GRANDE EXPERIÊNCIA

O turismo responsável ajuda as zonas úmidas e as pessoas



2 de fevereiro

DIA MUNDIAL DAS ZONAS ÚMIDAS

República Federativa do Brasil

Presidente: Dilma Rousseff

Vice-presidente: Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretário Executivo

Francisco Gaetani

Secretário de Biodiversidade e Florestas

Roberto Brandão Cavalcanti

Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros

Mônica Brick Peres

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros

Ed. Marie Prendi Cruz, Sala 402

Brasília - DF

CEP: 70730-542

www.mma.gov.br

gba@mma.gov.br

O que são as Zonas Úmidas?

O conceito de zonas úmidas adotado pela Convenção de Ramsar é abrangente, compreendendo, além de diversos ambientes úmidos naturais, também áreas artificiais, como represas, lagos e açudes. A inclusão de áreas artificiais decorre do fato de que, originalmente, a Convenção se destinava a proteger ambientes utilizados por aves aquáticas migratórias.

Segundo a Convenção de Ramsar, é considerada zona úmida toda extensão de pântanos, charcos e turfas, ou

superfícies cobertas de água, de regime natural ou artificial, permanentes ou temporárias, contendo água parada ou corrente, doce, salobra ou salgada. Áreas marinhas com profundidade de até seis metros, em situação de maré baixa, também são consideradas zonas úmidas. A delimitação das zonas úmidas pode compreender regiões ribeirinhas ou costeiras adjacentes, bem como ilhas ou extensões de áreas marinhas.

Qual a importância das Zonas Úmidas?

As Zonas Úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para as espécies de fauna e flora e para o bem-estar de populações humanas. Além de regular o regime hídrico de vastas regiões, essas áreas funcionam como fonte de biodiversidade em todos os níveis, cumprindo, ainda, papel relevante de caráter econômico, cultural e recreativo. Ao mesmo tempo, atendem necessidades de água e alimentação para uma ampla variedade de espécies e para comunidades humanas, rurais e urbanas.

As áreas úmidas são social e economicamente insubstituíveis, ainda, por conter inundações, permitir a recarga de aquíferos, reter nutrientes, purificar a água e estabilizar zonas costeiras. O colapso desses serviços, decorrente da destruição das zonas úmidas, pode resultar em desastres ambientais com elevados custos em termos de vidas humanas e em termos econômicos.

Os ambientes úmidos também cumprem um papel vital no processo de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, já que muitos desses ambientes são grandes reservatórios de carbono.



O que é a Convenção de Ramsar?

A Convenção sobre Zonas Úmidas, mais conhecida como Convenção de Ramsar, é um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países signatários da Convenção, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas.

Estabelecida em fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar, a Convenção de Ramsar está em vigor desde 21 de dezembro de 1975, e seu tempo de vigência é indeterminado. Atualmente, a

Convenção conta com 160 países membros, que no âmbito da Convenção são chamados de “partes contratantes”.

O Brasil, que, por suas dimensões, acolhe uma grande variedade de zonas úmidas importantes, assinou a Convenção de Ramsar em setembro de 1993, ratificando-a três anos depois. Essa decisão possibilita ao país ter acesso a benefícios como cooperação técnica e apoio financeiro para promover a utilização dos recursos naturais das zonas úmidas de forma sustentável, favorecendo a implantação, em tais áreas, de um modelo de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes.

O que são os Sítios Ramsar?

Todos os países membros da Convenção de Ramsar devem designar pelo menos uma Zona Úmida de Importância Internacional para integrar a Lista de Ramsar. Atualmente, a Lista conta com 2.006 Sítios, que somam um total de 192.822,023 hectares de zonas úmidas.

A Lista de Ramsar é o principal instrumento adotado pela Convenção de Ramsar para implementar seus objetivos. É composta por áreas caracterizadas como ecossistemas úmidos importantes, selecionados pelos países e aprovadas por um corpo técnico especializado da Convenção. Uma vez aceitas, essas áreas recebem o título de “Sítios Ramsar”.

O Brasil adota como diretriz para a indicação de zonas úmidas a serem incluídas na Lista de Ramsar, que tais áreas correspondam a unidades de conservação, o que favorece a adoção das medidas necessárias à implementação dos compromissos assumidos pelo país perante a Convenção.

Desde sua adesão à Convenção, o Brasil promoveu a inclusão de onze zonas úmidas à Lista de Ramsar. A introdução dessas zonas úmidas na Lista de Ramsar faculta ao Brasil a obtenção de apoio para o desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional.

Em contrapartida, o Brasil assumiu o compromisso de manter suas características ecológicas - os elementos da biodiversidade, bem como os processos que os mantêm - e deve atribuir prioridade para sua consolidação diante de outras áreas protegidas, conforme, inclusive, previsto no Objetivo geral 8 do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), aprovado pelo Decreto nº 5.758/06.

Turismo em Zonas Úmidas: Uma grande experiência

As zonas úmidas e sua vida silvestre são parte fundamental do turismo em todo o mundo. Exemplos são muitos, como as zonas úmidas subterrâneas das cavernas de Skocjan na Eslovênia até os imponentes fins de tarde no Sítio Ramsar de Port Launay, nas Ilhas Seiyhelles. Há ainda a observação de tartarugas marinhas e baleias jubarte e os maravilhosos corais do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, aqui no Brasil e a observação de aves no Sítio

Ramsar de Tsomoriri, na Índia, a 4.600 metros de altitude. Sem mencionar a experiência cultural única que aguarda o visitante no Parque Nacional de Kakadu, na Austrália, onde está disponível parte da arte aborígene mais bonita do mundo. Essas são algumas amostras de que Sítios Ramsar e outras zonas úmidas do planeta têm muito a oferecer ao turista de aventura.

A escala do turismo

Em 2010, o número de turistas internacionais chegou a 940 milhões, com previsão para 1,6 bilhão em 2020, isso sem incluir os turistas nacionais, que realizam viagens recreativas sem pernoite. Em nível global, a atividade econômica gerada pelas viagens e pelo turismo representa ao redor de 5% do PIB e entre 6% e 7% dos empregos em todo o mundo. Considerando que a metade dos turistas internacionais visitam todo tipo de zonas úmidas, especialmente as zonas costeiras, o investimento do turismo vinculado às zonas úmidas é esti-

mado em 925 bilhões de dólares anuais. Se somarmos a essa cifra as rendas do turismo doméstico e dos deslocamentos diários com fins recreativos, o valor econômico gerado pelo turismo nas zonas úmidas é realmente enorme.

E o que se pode dizer do turismo nos Sítios Ramsar? O que sabemos?

Em nível mundial, 35% dos Sítios Ramsar informaram que existe algum nível de atividade turística em suas áreas, porcentagem que se repete de maneira mais ou menos homogênea em todas as regiões. Mas é importante considerar o turismo em todas as zonas úmidas e não apenas nos Sítios Ramsar. Ainda que as Partes tenham se comprometido a gerir todas as zonas úmidas de maneira racional, os dados

que temos se referem apenas às áreas que estão na Lista de Ramsar. Contudo, vale assinalar que o turismo é apenas um dos serviços dos ecossistemas oferecidos pelas zonas úmidas. Garantir a sustentabilidade do turismo dentro e ao redor das zonas úmidas contribui para que permaneçam saudáveis e, assim, outros serviços possam também acontecer de forma sustentável.

Região	Nº de Sítios Ramsar com turismo	Hectares	Total de Sítios	% de Sítios com turismo
África	92	31,390,974	311	30
Ásia	74	4,654,358	255	29
Europa	347	7,840,270	938	37
Neotrópico	65	13,944,268	159	41
America Norte	81	4,868,158	187	43
Oceania	21	3,219,686	77	27
	680	65,917,714	1927	35

Um reduzido número de sítios não foram contemplados nesta análise por diversas razões.

EXPERIÊNCIA LOCAL

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos



O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, criado em 1983, foi o primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil. Está localizado a cerca de 70 km da cidade de Caravelas, no extremo sul da Bahia e além de proteger a região com maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul, é conhecido por receber anualmente as exuberantes baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*), que aproveitam suas águas quentes e rasas para se acasalar e reproduzir. Além da observação de baleias, a região possui várias opções de mergulho, com recifes de corais imensos e coloridos, cavernas submarinas e uma grande variedade de peixes e outros animais marinhos. O Parque possui ainda uma sede administrativa na Praia do Kitongo, zona urbana da cidade de Caravelas, local onde se encontra o Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e onde é possível observar uma réplica em tamanho natural de uma baleia Jubarte e caminhar pela Trilha do Marobá, que proporciona o contato com dois dos ecossistemas integrantes do Complexo dos Abrolhos: a restinga e o mangue. Na Trilha é possível ver ossos de baleia Jubarte enterrados na praia, além de grande quantidade de árvores nativas. Passeio imperdível!

Para mais informações: www.icmbio.gov.br

Ramsar e o turismo em 2012

O Dia Mundial das Zonas Úmidas em 2012 representou um momento oportuno para pensar no turismo dentro e ao redor das zonas úmidas, mas não foi a única oportunidade para isso. Em julho de 2012, em Bucareste, na Romênia, a Convenção de Ramsar fará sua 11ª Conferência das Partes (COP) e terá como tema “Zonas Úmidas, turismo e recreação”. Pela primeira vez a Convenção tratará diretamente do turismo nas zonas úmidas com um projeto de Resolução a ser discutido na COP 11, que contribuirá para que as Partes avancem nos planos nacionais e locais de turismo sustentável em zonas úmidas.

São grandes as esperanças em chegar uma Resolução oficial que ofereça um marco sólido para a necessária planificação trans-setorial do tema, com a adoção de decisões que deverão ser aplicadas para alcançar esse objetivo.

Além da resolução, será dado enfoque a estudos de caso sobre o turismo dentro e ao redor dos Sítios Ramsar, que abarquem todas as regiões de Ramsar, uma variedade de distintos tipos de zonas úmidas e diferentes escalas de turismo. Durante a COP 11 será lançado também um livro sobre zonas úmidas e turismo, baseado nas principais lições aprendidas dos estudos de caso e outras fontes de informação, com alguns princípios-chave para a gestão do turismo em zonas úmidas.

A ocasião servirá para discutir medidas práticas, pois os princípios e diretrizes já estão contemplados nos seguintes documentos: as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que tratam das Diretrizes sobre diversidade biológica e o desenvolvimento do turismo; as diretrizes sobre turismo da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional de Conservação

da Natureza – UICN, cuja abordagem é Turismo Sustentável em áreas protegidas: guia para planejamento e gestão; e o manual da Convenção do Patrimônio Mundial, cujo título é Gestão do Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial: Manual Prático para administradores de Sítios do Patrimônio Mundial.

A Secretaria de Ramsar trabalha com todas as iniciativas mencionadas, numa parceria exitosa com a Organização Mundial do Turismo (OMT), que é o organismo especializado das Nações Unidas e líder internacional neste assunto. Desde 2010, Ramsar tem um Memorando de Cooperação com a OMT, com resultados que oferecem uma mostra prática dos benefícios obtidos com o trabalho trans-setorial para chegar ao uso racional das zonas úmidas.

EXPERIÊNCIA LOCAL

Parque Nacional da Lagoa do Peixe

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, criado em 06 de novembro de 1986, está situado na península arenosa formada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, nos municípios gaúchos de Tavares e Mostardas e dista cerca de duzentos quilômetros da capital Porto Alegre. Reconhecido como Sítio Ramsar em 24 de maio de 1993, o Parque tem 34.400 hectares de extensão, protegendo ecossistemas representativos da região tais como dunas, matas de restinga, lagunas, praias e banhados salgados, fundamentais para a conservação de aves limícolas. Estes ambientes servem de abrigo para grandes concentrações de aves migratórias do Hemisfério Norte (no verão) e Sul (no inverno), dentre elas capororocas, flamingos, biguás, gaivotas, talhamares, pirus-pirus, trinta-réis, maçaricos e o cisne-de-pescoço-preto. As aves migratórias podem ser avistadas nidificando, trocando a plumagem ou simplesmente alimentando-se, em preparação para as longas viagens de volta aos seus locais de origem (alguns maçaricos viajam mais de oito mil quilômetros em única etapa, sem pouso). Dentre os mamíferos podem ser avistados graxains, tatus, pequenos roedores e, entre os meses de julho e outubro, a baleia franca migrando para Santa Catarina. Trazidos pelas correntes marinhas não é raro encontrar nas areias da praia tartarugas marinhas, pinguins e mesmo lobos e leões-marinhos. A visitação é possível ao longo de todo o ano, mas entre os meses de setembro a março as populações de aves migratórias são especialmente numerosas.

Para mais informações: www.icmbio.gov.br

Definição de turismo sustentável e ecoturismo

No marco da Convenção de Ramsar há muitos informes e projetos relacionados ao turismo sustentável e ao ecoturismo, este último sempre representado como benéfico tanto para vida silvestre como para as comunidades locais. Mas será que todos nos referimos à mesma coisa quando utilizamos esses termos? No projeto de Resolução a ser apresentado na COP 11, adotaram-se as definições da OMT para ambos os termos. Por **turismo sustentável** se entende a posta em prática no turismo dos princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos na Cúpula da Terra celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Isso significa garantir que o turismo:

- proteja o meio ambiente e contribua para a conservação da biodiversidade;
- respeite as comunidades locais, seu patrimônio cultural e seus valores; e

- aporte benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas, distribuídos de forma equitativa e que compreendam oportunidades de emprego estável, obtenção de renda e serviços sociais para as comunidades locais, além de contribuir para a redução da pobreza.

Esses princípios constituem a base da definição completa da OMT de turismo sustentável (disponível em <http://sdt.unwto.org/en/content/about-us-5>) e são plenamente compatíveis com o princípio de uso racional da Convenção de Ramsar para o manejo das zonas úmidas. Ecoturismo, por sua vez, é uma classe especial de turismo sustentável e é preciso defini-lo claramente, pois existe um grande número de interpretações diferentes do termo.

A definição de ecoturismo da Organização Mundial do Turismo

Ecoturismo é empregado para designar as formas de turismo com as seguintes características:

- Toda forma de turismo baseada na natureza, em que a motivação principal dos turistas seja a observação e apreciação dessa mesma natureza ou das culturas tradicionais dominantes nas áreas naturais;
- Inclui elementos educacionais e de interpretação;
- Geralmente, se não exclusivamente, está organizado para pequenos grupos por empresas especializadas. Os provedores de serviços que colaboram no destino tendem a ser pequenas empresas de propriedade local;
- Procura reduzir ao máximo possível os impactos negativos sobre o entorno natural e sociocultural; e
- Contribui para a proteção das zonas naturais utilizadas como centros de atração de ecoturismo:
 - Gerando benefícios econômicos para as comunidades, organizações e administrações anfitriãs que gestionam áreas naturais com objetivos conservacionistas;
 - Oferecendo oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais; e
 - Incrementando a conscientização sobre conservação dos ativos naturais e culturais, tanto nos habitantes da área como nos turistas.

Fonte: Organização Mundial de Turismo (2001). O Mercado Britânico do Ecoturismo. Informe Especial. Página 23.

O turismo em zonas úmidas – há boas... e más notícias

As boas notícias

Sempre há boas notícias! O turismo bem feito dentro e ao redor das zonas úmidas pode aportar importantes benefícios ao Sítio, tanto econômicos como ambientais, em níveis regional e nacional. As comunidades locais e os governos quase sempre se beneficiam economicamente graças às rendas e empregos gerados. Em nível nacional, as rendas obtidas do turismo podem ser altas. Por exemplo, a Namíbia calculou que, em 2007, as contribuições do turismo representaram 14,2% do PIB (incluindo as contribuições diretas e indiretas) e as atividades turísticas relacionadas à natureza são o principal motivo de visita para os turistas que chegam ao país. Dos seis parques da Namíbia, o Sítio Ramsar Etosha Pans atrai ao redor de 200 mil visitantes anuais, sendo o mais visitado de todos.

A própria zona úmida pode se beneficiar diretamente quando a renda do turismo (ingressos de entrada, produtos locais etc.) são empregados diretamente em medidas de conservação, vinculando assim o turismo com a conservação no longo prazo. Na Eslovênia, a considerável renda anual de 950 mil euros com os ingressos de entrada e de uma loja de presentes no Sítio Ramsar das

Cavernas de Skocjan, de 305 hectares, obtidos graças aos 96 mil visitantes que lá estiveram em 2010, são reinvestidos na infraestrutura do parque e em atividades de conservação da natureza. No Parque Nacional de Kakadu (Sítio Ramsar e Sítio do Patrimônio Mundial, com quase 2 milhões de hectares), na Austrália, 40% das tarifas de entrada pagos pelos 200 mil visitantes que vão a cada ano são enviadas ao fundo Aborigin Land Trust, cujo objetivo é investir nos proprietários tradicionais de Kakadu e os outros 60% são utilizados para os custos operativos de conservação e manutenção do valor natural e cultural do parque.

As rendas podem ser utilizadas na formação de guias locais e operadores turísticos, que aprendem sobre as principais características da zona úmida e repassam aos turistas medidas simples de conservação e, ao mesmo tempo, modificam suas ações, com o objetivo de minimizar os impactos gerados ao ambiente natural. Da mesma maneira, cartazes e folhetos simples, por exemplo, podem mostrar aos turistas os valores das zonas úmidas e os benefícios que oferecem a todos.

As parcerias e a colaboração com organizações não-governamentais podem oferecer maiores conhecimentos especializados na gestão do turismo e em como atingir a sustentabilidade. O Sítio Ramsar Tsomoriri, uma charmosa zona úmida situada na Cachemira, na Índia, oferece muitas possibilidades ao turista ativo: um espetacular cenário, uma importante zona de criação para várias espécies de aves aquáticas e uma cultura nômade. O WWF-Índia trabalha com o Departamento de Vida Silvestre no desenvolvimento de iniciativas turísticas de base comunitária, com alojamento em lares e albergues locais, por exemplo, a fim de garantir que as comunidades locais adquiram conhecimentos suficientes para se beneficiar diretamente do turismo. As empresas turísticas podem contribuir de maneira significativa para a sustentação da biodiversidade nas zonas úmidas e outros ecossistemas. Esses são apenas alguns exemplos.

EXPERIÊNCIA LOCAL

Parque Estadual Rio Doce

O Parque, que está localizado no Estado de Minas Gerais, no Vale do Aço, com uma área de 35.973 ha, foi criado em 1944 e designado como Sítio Ramsar em 2010. É o maior fragmento de Mata Atlântica do Estado e possui cerca de 42 lagos naturais. Entre os animais encontrados na região, podemos destacar o Jaguar, a Harpia e o Muriqui, várias aves da Mata Atlântica como beija-flor, saíra, jacu-açu, peixes como bagre, tucunaré, lambari e entre as plantas são encontradas espécies como o Jacarandá da Bahia, a Braúna, a Canela entre outras. O Parque oferece uma completa infra-estrutura para atendimento ao turista como área de camping, vestiários, restaurante, anfiteatro, centro de informação para visitantes e recebe cerca de 25.000 pessoas por ano. Dentre as atividades turísticas se destacam a visita a lagoa Dom Helvécio e as trilhas guiadas na Mata Atlântica.

Para mais informações: www.ief.mg.gov.br

As más notícias

O crescimento rápido e contínuo do turismo exerce uma enorme pressão nos atrativos naturais e culturais visitados pelos turistas. A espécie humana se sente especialmente atraída pela água, o que colocou as zonas úmidas costeiras como praias, manguezais e recifes de coral sobre forte ameaça, agravada pelo desenvolvimento da infraestrutura turística. Os ecossistemas das zonas úmidas em geral são frágeis e, sem o controle adequado, há o risco de que o turismo gere efeitos negativos nos seus habitats, animais e plantas, assim como nas comunidades locais que dependem das zonas úmidas para seu sustento.

Muitos de nós estamos familiarizados com a outra cara do turismo descontrolado, como: danos aos recifes de coral por culpa de embarcações utilizadas para o mergulho mal ancoradas ou operadoras de mergulhos e mergulhadores com pouca formação; o excesso de pisadas nos recifes por conta da elevada taxa de visitação em habitats sensíveis,

provocando erosão, perturbações excessivas nas populações de aves em reprodução. A lista é grande, especialmente nas zonas costeiras. A publicação da OMT Gestão da Saturação Turística em Sítios de Interesse Natural e Cultural – Guia Prático (2004) contém numerosas sugestões para o congestionamento do turismo. Há também muitos exemplos de impactos negativos nas comunidades locais, como os casos em que o desenvolvimento do turismo exclui os usuários locais da zona úmida em favor dos turistas, afetando assim os meios de sustento locais, além de casos instrutivos de sítios onde os benefícios econômicos do turismo dentro e ao redor das zonas úmidas geraram consideráveis benefícios econômicos para o setor turístico nacional e internacional, mas poucos para o governo local ou para as comunidades locais que tem a responsabilidade de manter a zona úmida e que, muitas vezes, dependem dela.

O turismo fora das zonas úmidas também pode ocasionar impactos adversos nas próprias zonas úmidas. A extração de água para consumo, saneamento e irrigação para as instalações turísticas, proveniente dos rios e aquíferos que mantêm o regime hídrico das zonas úmidas, a sobrepesca e as capturas excessivas de marisco para abastecer hotéis e restaurantes, a eliminação deficiente dos resíduos e, em alguns casos, o derramamento de efluentes nas zonas úmidas são algumas das formas nas quais o desenvolvimento turístico das imediações pode ocasionar danos aos ecossistemas das zonas úmidas continentais e costeiras. Sem dúvida alguma, a maioria dos leitores também têm outros exemplos por suas próprias experiências.

As empresas de turismo podem promover e apoiar a biodiversidade das zonas úmidas ao:

- reduzir a contaminação derivada das atividades turísticas, em particular cuidando para que todos os resíduos líquidos e sólidos sejam tratados e eliminados adequadamente e, assim, não prejudiquem a biodiversidade, e também minimizando o uso de pesticidas, fertilizantes e químicos tóxicos;
- obter todas as matérias primas para a alimentação e outros recursos biológicos utilizados nas atividades turísticas a partir de recursos geridos de forma sustentável;
- apoiar esforços de órgãos governamentais e não governamentais na conservação da biodiversidade mediante ações práticas e contribuições financeiras como, por exemplo, patrocínio e doações voluntárias;
- garantir que não sejam introduzidas espécies exóticas invasoras por meio das atividades turísticas;
- assegurar que as espécies ameaçadas de extinção não tenham sua situação agravada devido às atividades turísticas ou entrem na cadeia de fornecimento do turismo (especialmente como alimentos ou artigos de recordação); e
- utilizar a comunicação e a força do mercado do setor turístico para conscientizar os turistas e as autoridades sobre o valor da biodiversidade e as medidas que podem adotar para protegê-la.

Fonte: OMT (2010) Tourism and Biodiversity – Achieving Common Goals Towards Sustainability, Organización Mundial del Turismo, Madrid, España.

Quem pode contribuir para o êxito do turismo sustentável nas zonas úmidas?

Para a Convenção de Ramsar, os principais responsáveis, em nome das Partes Contratantes, são as Autoridades Administrativas de Ramsar nos governos. Mas quando se trata de facilitar a gestão sustentável do turismo, os principais responsáveis da aplicação de Ramsar, sejam governamentais ou não governamentais, necessitarão colaborar de maneira eficaz com aqueles que participam no planejamento do uso da terra, com os operadores turísticos, com as comunidades locais e com outros com quem se pretenda atingir a sustentabilidade do turismo nas zonas úmidas. É um grande desafio! A chave da gestão do turismo nas zonas úmidas é construir um melhor entendimento entre esses grupos de interessados.

Formuladores de políticas nacionais e regionais para zonas úmidas

- Autoridades Administrativas e outras entidades de formulação de políticas nacionais/estaduais

Setores econômicos do turismo

- formuladores de políticas sobre uso da terra dos governos nacionais
- operadores/investidores/entidades de desenvolvimento do turismo
- governos locais (no que diz respeito à gestão do turismo)

Administradores de zonas úmidas

- administradores das zonas úmidas e pessoas que trabalham nos diversos níveis, incluídos os funcionários públicos assim como ONGs e, em alguns casos, administradores de zonas úmidas de propriedade privada

Operadores de turismo nas zonas úmidas

- pessoas que oferecem serviços para os turistas, como associações de guias, agências de viagens, comunidades locais e operadores turísticos locais de hospedagem, alojamento e transporte, desde os multinacionais até os pequenos operadores na própria zona úmida ou ao seu redor, inclusive os administradores das zonas úmidas



Que podemos fazer para que o Dia Mundial das Zonas Úmidas mantenha o foco no turismo nas zonas úmidas?

O Dia Mundial das Zonas Úmidas de 2012 oferece grandes oportunidades para que a campanha abarque algum aspecto do turismo que seja pertinente para as zonas úmidas de sua própria localidade. Talvez seja uma ocasião para promover a consciência sobre como cada um pode ser um “turista responsável” tanto no que se refere ao seu próprio comportamento como turista quanto como para a escolha de hotéis e operadoras de turismo que se preocupem com a sustentabilidade de suas operações. Talvez seja uma oportunidade de colaborar com operadores turísticos locais no que se refere à sua pegada ecológica ou

o papel que podem desempenhar com os turistas para conscientizá-los sobre as questões ambientais. Talvez seja uma oportunidade para debater com os formuladores de políticas públicas em todos os níveis a necessidade de garantir que as zonas úmidas e seus valores turísticos se integrem plenamente nas políticas e nos planos turísticos, tanto para ajudar as comunidades locais a melhorar seus conhecimentos como guias ou oferecer hospedagem em lares. São tantas possibilidades...

EXPERIÊNCIA LOCAL

Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal

A RPPN SESC Pantanal, criada em 1997 e designada Sítio Ramsar em 2003, está localizada em uma das maiores áreas úmidas contínuas do planeta, na região de Barão do Melgaço, no pantanal mato-grossense e é uma área de conservação da natureza em uma propriedade privada, gerenciada pelo Serviço Social do Comércio – SESC. Ela é a maior RPPN do país com cerca de 108.000 ha e uma das Zonas-Núcleos da Reserva da Biosfera do Pantanal. A RPPN abriga diferentes espécies de animais como arara azul, ema, jacu-goela, seriema, jacarés, e plantas como o aguapé, o ingá, o cambará entre outras. O turismo na região se consolidou na década de 80 e a Estância Ecológica SESC Pantanal, onde se insere a Reserva, trabalha pelo desenvolvimento do ecoturismo na região. Uma de suas unidades é o Hotel SESC Porto Cercado com várias opções de passeios turísticos: os fluviais, a cavalo e os em trilhas terrestres como a Trilha do Tatu. Há também a visita ao Borboletário, Formigueiro, Coleção Entomológica e ao Centro de Interpretação Ambiental, que compõem o eixo ambiental do hotel. No ano de 2011, cerca de 20 mil turistas passaram pelo hotel.

Fonte: SESC Pantanal - <http://www.sescpantanal.com.br/>



Pousada Uacari: uma experiência de Turismo de Base Comunitária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

EXPERIÊNCIA LOCAL

A RDS Mamirauá, gerenciada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (ISDM), é uma Unidade de Conservação Estadual localizada no Amazonas e que devido à relevância dos seus ecossistemas é contemplada por vários tipos de proteção. É a maior reserva exclusivamente dedicada a proteger a várzea amazônica, foi designada como Sítio Ramsar e como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

A atividade de turismo de base comunitária ocorre na Pousada Flutuante de Uacari desde 1998 e os turistas podem visitar as trilhas e lagos, passear de canoa pela floresta alagada, visitar as comunidades locais para entender o modo de vida e as estações de pesquisa. Os moradores, oriundos de oito comunidades, participam de várias formas: prestam serviço de hotelaria, conduzem visitantes, gerenciam a pousada, vendem artesanato e recepcionam os turistas em suas comunidades. A iniciativa já capacitou cerca de 200 pessoas e vários comunitários treinados tornaram-se multiplicadores.

Para mais informações: www.mamiraua.org.br

Textos e organização: Henry Philippe Ibañez de Novion e Paula Moraes Pereira

Colaboração textos dos boxes:

Parna Arolhos – Henrique Neves e Ricardo Jerolimski (Chefe do Parque)

Parna da Lagoa do Peixe – Luis Henrique Mota de Freitas Neves

Parque Estual do Rio Doce – Paula Moraes Pereira

RPPN SESC Pantanal – Thiago Bazzi

RDS Mamirauá – Fernanda Sá Vieira (Coordenadora do Programa de Turismo de Base Comunitária - PTBC, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - ISDM)

Tradução da Revista da Convenção de Ramsar: Ana Flora Caminha

Programação Visual: Ângela Ester Magalhães Duarte



Esta publicação foi adaptada a partir do material produzido pela Convenção de Ramsar com apoio desses fundos.

Sítios Ramsar Brasileiros



Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM)

A Reserva foi reconhecida como Sítio Ramsar em 1993. Dentre as várias atividades que caracterizam esta unidade de conservação, destaca-se a possibilidade de manutenção da população local nos limites da Reserva e o manejo participativo dos recursos naturais, incluindo a comercialização de diversos produtos.

Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (MA)

A APA foi designada como Sítio Ramsar em 1993. A unidade abriga uma porção significativa de manguezal com grande importância ecológica e econômica. A presença de pescadores artesanais que retiram seu sustento desse ecossistema e representam uma parte da população que vive na área, justificou a criação de uma reserva extrativista em seus limites.

Parque Estadual Marinho do Parcel do Manuel Luiz (MA)

O Parque foi designado como Sítio Ramsar em 2000. O objetivo da unidade é a preservação da fauna e flora marinhas, com destaque para os recifes de coral. A região é o berçário de várias espécies de peixes comerciais que utilizam a área como sítio de alimentação, desenvolvimento e reprodução.

Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (MA)

A APA, reconhecida como Sítio Ramsar em 2000, reúne o maior conjunto de bacias lacustres do Nordeste e um dos mais belos conjuntos de lagos e lagoas naturais do Brasil. É formada por extensos manguezais, babaçuais, campos inundados e matas de galeria, além de uma rica fauna e flora, com destaque para as aves aquáticas e animais ameaçados de extinção como o peixe-boi marinho.

Parque Nacional do Araguaia (TO)

A unidade foi designada como Sítio Ramsar em 1993. O Parque está localizado entre os dois maiores biomas do país: a Amazônia e o cerrado. Foi criado para salvaguardar a fauna e a flora da maior ilha fluvial do planeta: a ilha do Bananal. Possui mais de 200 lagos interligados que são utilizados por diversas espécies da fauna aquática para reprodução.

Parque Estadual do Rio Doce (MG)

O Parque foi designado como Sítio Ramsar em 2010. A unidade abriga a maior floresta tropical do estado de Minas Gerais, com árvores centenárias, madeiras nobres e animais ameaçados de extinção como a onça-pintada, o macuco e o mono carvoeiro. Além disso, possui um sistema lacustre formado por 40 lagoas naturais que abrigam grande diversidade de peixes.

Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MT)

O reconhecimento do Parque como Sítio Ramsar ocorreu em 1993. O Pantanal representa o elo entre o cerrado, no Brasil Central, o chaco, na Bolívia e no Paraguai e a região amazônica. A área possui uma imensa diversidade de habitats e de animais ameaçados de extinção. A unidade também desempenha importante papel de repositório de estoques pesqueiros para o seu entorno.

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA)

O reconhecimento do Parque como Sítio Ramsar ocorreu em 2010. A unidade faz parte do complexo recifal dos Abrolhos que ocupa uma área de 56.000 km² na costa do sul da Bahia e compõe um mosaico de unidades de conservação costeiras e marinhas nos limites da mata atlântica. O Parque é um importante berçário de peixes e sua proteção garante também a abundância dos recursos pesqueiros fora da unidade de conservação.

Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS)

A unidade foi designada como Sítio Ramsar em 1993. O Parque protege importantes ecossistemas da região costeira do Rio Grande do Sul, tais como ambientes lacustres e palustres, matas de restinga e formação de dunas. A região é responsável pelo recrutamento de importantes espécies pesqueiras, além de funcionar como local de repouso e alimentação para as espécies de aves migratórias vindas tanto do hemisfério norte quanto do sul.

Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal (MT)

A Reserva recebeu o título de Sítio Ramsar em 2003. Está localizada numa das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, no centro da América do Sul, na região de Barão do Melgaço, no Pantanal Matogrossense. Estudos indicam que a proteção da área vem contribuindo intensamente para a preservação do processo reprodutivo dos peixes da região.

Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro (MS)

A unidade recebeu a designação de Sítio Ramsar em 2009. A Reserva constitui uma porção bem preservada do Pantanal da Nhecolândia, uma sub-região do Pantanal brasileiro, cujo principal corpo hídrico é o Rio Negro. Neste sistema hídrico existem centenas de bacias lacustres pouco profundas que, na época de cheias, conectam-se formando uma ligação natural com o Rio Negro, possibilitando o fluxo de diversas espécies de peixes.



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA